

Termo de Referência 321/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
321/2024	989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO	ROGERIO ALENCAR DE MORAES	23/07/2024 17:00 (v 18.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		18092/2024

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de controle de qualidade externa em análises clínicas, para atender as demandas dentro do Laboratório clínico do Hospital Municipal de Itaberaí, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	QUANT	CODIGO CATSER	UNIDADE	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
01	12	19127	Serviço	Serviço de controle de qualidade externa em análises clínicas.	Prestação de serviço de controle de qualidade externa em análises clínicas com kits nas áreas de bioquímica,hematologia, imunologia, microbiologia, reticulócitos virtual, urinálise, educação continuada e espectrofotometria do programa básico. Para período de 12 meses

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, sendo o Estudo Técnico Preliminar, dispensado conforme a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022:

Exceções à elaboração do ETP

Art. 14. A elaboração do ETP:

I — 8 facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 70 do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021 Art. 75 da Lei nº 14.133/2021

II — Para contratação que envolva valores inferiores a R\$: 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato de acordo com o artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021. O contrato poderá ser prorrogado de acordo com o artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. Justificativa técnica: contratação de empresa para a prestação de serviços é necessária para atender á solicitação do responsável técnico do laboratório do hospital e também atender a norma tecnica da Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA).

2.2. Considerando que é imprescindível o cumprimento da RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, na qual dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos;

2.3. Considerando que é indispensável garantir a qualidade em todos os processos no laboratório clínico do Hospital Municipal de Itaberaí, assegurando a confiabilidade dos serviços prestados, utilizando para isso os ensaios de proficiência, aplicados através de um programa externo de qualidade;

2.4. Considerando que a Dispensa Eletrônica nº 36/2023, UASG: 989403, restou-se desclassificada/fracassada, devido a única participante não possui CNAE compatível com objeto pretendido; não apresentou Certidão Federal e apresentou Certidão do FGTS vencida, conforme relatório de julgamento mostra, juntado nos autos do processo em tela;

2.5. Após todo exposto, é evidente a obrigação da contratação de empresa para a prestação de serviços de qualidade externa, para a efetiva regularização junto aos órgãos fiscalizadores da Secretaria do Estado de Goiás/SUVISA.

3. Descrição da solução

3.1. Prestação de Serviço de Controle de Qualidade Externo em Análises Clínicas com kits nas áreas de Bioquímica, Hematologia, Imunologia, Microbiologia, Parasitologia, Reticulócitos Virtual, Urinálise, Educação Continuada e Espectrofotometria do Programa Básico, para o período de Agosto/2024 à Julho/2025.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações dos itens do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Para aquisição ou serviços que envolvam a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs:

4.1.2.1. É vedada a aquisição, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal, como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano. Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Não se faz necessário indicação de marcas na presente contratação. Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não serão vedadas marcas na presente contratação. Da exigência de amostra

4.4. Não haverá exigência de amostra. Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se mostra necessário tal exigência. Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. Início da execução do objeto: após o envio da Ordem de Serviço (OS), para a contratada;

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. Conceito: de acordo com a RDC nº 302/2005 da ANVISA, o controle externo da qualidade — CEQ ou ensaio de proficiência, é definido como a atividade de avaliação do desempenho de sistemas analíticos através de ensaios de proficiência e o laboratório clínico deve realizar controle externo da qualidade para todos os exames realizados em sua rotina. A legislação também determina que as amostras de controle externo da qualidade devem ser analisadas da mesma forma que as amostras dos pacientes. Ou seja, o objetivo do controle externo da qualidade é verificar o real desempenho do laboratório utilizando as amostras controle do pro-ex como uma amostragem dos resultados das amostras dos pacientes do seu laboratório, do que acontece no dia-a-dia;

5.2.2. Considerando o exposto acima, o serviço consiste no envio (via Correios) mensal de kits pela contratada, contendo questionários, amostras biológicas e substâncias padrão, para controle externo e interno da qualidade em análises clínicas;

5.2.3. Disponibilização de ferramentas para monitoramento do controle interno da qualidade que apresenta as seguintes características e interfaces:

5.2.3.1. Possibilite o acompanhamento do desempenho analítico com gráficos de Levey Jennings por ensaios e por equipamentos;

5.2.3.2. Permita a utilização das regras de controle (alertas e rejeição) mais adequadas às rotinas: regras múltiplas de Westgard, percentagem, desvio padrão ou limite fixo;

5.2.3.3. Disponibilize o envio de relatórios, resumos e informações estatísticas para acompanhamento e tomada de decisões;

5.2.3.4. Permita o rastreamento completo das ações, favorecendo a inclusão de ações e comentários com acesso às documentações: bulas dos reagentes e dos materiais de controles e manuais dos equipamentos;

5.2.3.5. Que atenda as normas de acreditação laboratorial ISO 17025; ISO 15189; PALC, ONA DICQ e outras;

5.2.3.6. Que comprove de forma rápida e prática sua credibilidade e qualidade junto aos órgãos acreditadores como INMETRO e ANVISA.

5.2.4. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, de forma parcial, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo Departamento de Compras.

Local da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados por amostragens, a contratada enviará por Correios/Sedex, as amostras para o endereço da contratante. O laboratório participante recebe, analisa as amostras/controle e envia os resultados a contratada, com os resultados o laboratório realiza os cálculos estatísticos destes resultados, por programa informatizado, e em seguida deverá disponibilizar os relatórios de avaliação, para a contratante.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Os materiais de amostras para a realização dos serviços de ensaio, serão enviados para o laboratório da contratante, o responsável será o senhor Rogério Alencar de Moraes, Biomédico;

5.4.2. A contratada deverá disponibilizar sistema online para o envio dos resultados;

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme indicação no item 6.10, deste Termo de Referência. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.5.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Se/contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 142 de 2023).

6.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 142 de 2023);

6.10. Além do disposto acima, a fiscalização será realizada pela Responsável Técnica o senhor Rogério Alencar de Moraes, Biomédico - CRBM-GO 2390, lotado no Hospital Municipal de Itaberaí/FMS.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Serviço

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega dos materiais de amostras para realização dos serviços, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações da proposta e sua consequente aceitação, que se dará até 03 (três) dias do recebimento provisório;

7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 04 (quatro) dias úteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias Citeis para fins de liquidação.

7.8.1. Art. 2º - Os órgãos e entidades da Administração municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras e os procedimentos para ordem cronológica dos pagamentos de que trata a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (CND da Secretaria da Receita Federal do Brasil);

8.11. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital (CND Estadual/Distrital);

8.12. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital (CND Municipal/Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado do FGTS),

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão Negativa de Falência com data de emissão não superior à 60 (sessenta dias) - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.17.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.847,04

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.847,04 (Dez mil oitocentos e quarenta e sete reais e quatro centavos) , conforme banco de preços do compras.gov.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Fundo Municipal de Saúde.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 08 - FMS - Hospital Municipal

II) Fonte de Recursos: 102.0

III) Ficha: 0608

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

V) Subelemento: 6 - Serviços técnicos

VI) Dotação: 08.22.10.302.1110.2122.3.3.90.39.00

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROGERIO ALENCAR DE MORAES

coordenador do laboratório



Assinou eletronicamente em 23/07/2024 às 17:00:43.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD324_2024 (1).pdf (48.74 KB)
- Anexo II - cotacao-detalhado-497-2024.pdf (72.09 KB)

Anexo I - DFD324_2024 (1).pdf

Número do Documento de Formalização da Demanda: 324/2024

1. Informações Básicas

Área requisitante

08.22 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Data da conclusão da contratação

19/09/2024 00:00

UASG

989403

Editado por

IZABEL

CRISTINA DA
SILVA

Descrição sucinta do objeto

Contratação de empresa para a prestação de serviços de controle de qualidade externa em análises clínicas, para atender as demandas dentro do Laboratório clínico do Hospital Municipal de Itaberaí

Justificativa da prioridade

Adequação a RDC 302 e com isso aprovar o alvará da vigilância sanitária

2. Justificativa de necessidade

Fundamentação:

Artigo 37 da constituição Federal, Artigo 28, inciso I da lei nº 14.133/2021

2.1. Justificativa técnica: contratação de empresa para a prestação de serviços é necessária para atender à solicitação do responsável técnico do laboratório do hospital e também atender a norma técnica da Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA).

2.2. Considerando que é imprescindível o cumprimento da RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, na qual dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos;

2.3. Considerando que é indispensável garantir a qualidade em todos os processos no laboratório clínico do Hospital Municipal de Itaberaí, assegurando a confiabilidade dos serviços prestados, utilizando para isso os ensaios de proficiência, aplicados através de um programa externo de qualidade;

2.4. Após todo exposto, é evidente a obrigação da contratação de empresa para a prestação de serviços de qualidade externa, para a efetiva regularização junto aos órgãos fiscalizadores da Secretaria do Estado de Goiás/SUVISA.

Objeto:

Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra

Procedimentos Licitatórios:

Não se aplica

Procedimentos Administrativos:

Dispensa

Setor Requisitante:

Laboratório do Hospital Municipal de Itaberaí

E-mail do órgão demandante:

hm@itaberaí.go.gov.br

Telefone/Ramal:

0800 375 3978

Responsável pela Demanda:

Carlos Rodrigues Galvão Junior

Origem dos Recursos / Créditos Orçamentários

Valor total estimado da contratação: R\$ 10.847,04

Valor estimado através de recursos próprios: R\$ 10.847,04

Valor estimado através de : Não se aplica

Fiscal do Contrato:

IZABEL CRISTINA DA SILVA

Gestor do contrato

Heitor Malheiros Carneiro Guerra

Itaberaí, 19 de Junho de 2024

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1		SERVIÇOS CIENTÍFICOS E OUTROS SERVIÇOS TÉCNICOSCONTROLE QUALIDADE - LABORATÓRIO	12,00	903,92	10.847,04

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IZABEL CRISTINA DA SILVA

Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	correção	IZABEL CRISTINA DA SILVA	19/07/2024 15:37
2	correção	IZABEL CRISTINA DA SILVA	19/06/2024 14:50

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Anexo II - cotacao-detalhado-497-2024.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
497/2024	989403	Concluída	ROGERIO ALENCAR DE MORAES

Título: controle de qualidade externo

Observações:

Total de itens cotados: 1 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 10.847,0400

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
19127 - Controle qualidade - laboratório	UNIDADE	12
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 825,0000	R\$ 902,9733	R\$ 903,9200
Coeficiente de Variação: 7,0082%		
Desvio Padrão: 63,2820		
Maior Preço: R\$ 980,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 980,0000	18/06/2024	Sim
---	---	-------------------------------------	----	---------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
78360106900082024	18/06/2024	1	Objeto: Contratação de serviços de Controle deQualidade Externo em Análises Clínicas com kits nas áreas de Bioquímica, Hematologia, Imunologia, Urinálise, Parasitologia, Microbiologia, Espectrofotometria e Educação Continuada do Programa Básico, para o período de 12 meses.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	783601	SISPP	Dispensa
Fornecedor	PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Controle Qualidade - Laboratório			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

2	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 825,0000	18/04/2024	Sim
---	---	--	---	---------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15590307900022024	18/04/2024	1	Objeto: Contratação de inscrição no Programa de Incentivo ao Controle de Qualidade (PICQ) no Laboratório de Anatomia Patológica, na modalidade Pessoa Jurídica, oferecido pela Sociedade Brasileira de Patologia (SBP), destinado à educação continuada e à avaliação da qualidade dos laudos emitidos por profissionais, médicos patologistas, da Unidade de Análises Clínicas e Anatomia Patológica (UACAP) do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	155903	SISPP	Inexigibilidade
Fornecedor	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Inscrição no Programa de Incentivo ao Controle de Qualidade (PICQ) no Laboratório de Anatomia Patológica, na modalidade Pessoa Jurídica, oferecido pela Sociedade Brasileira de Patologia (SBP)			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	6	UNIDADE	R\$ 903,9200	22/01/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12019506000572023	22/01/2024	1	Objeto: Contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada na prestação de serviços para Ensaios de Proficiência e respectivasavaliações, com fornecimentos de amostras-teste (controle), para avaliação da qualidade técnica visando atender ao Laboratório de Análises Clínicas do Centro de Medicina Aeroespacial de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada/ANVISA RDC 786 de 5 de maio de 2023.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120195	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Ensaio de Proficiência em Análises Clínicas com perfil de testes na área de:Bioquímica, Hematologia, Urinálise, Parasitologia, Testes Rápidos Imunológicos, Imunologia, Hemoglobina Glicada, e Educação Continuada.

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 19/07/2024 15:15

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$